



PIB

PRODUTO INTERNO BRUTO

PIB do Brasil

1º TRIMESTRE DE 2020

IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

SEPE

SECRETARIA DE ESTADO DE
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS



GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Luis Fernando Silva

**PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E
CARTOGRAFICOS**

Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Hiroshi Matsumoto

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRAFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS

Talita de Sousa Nascimento

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS

Geilson Bruno Pestana Moraes

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS

Anderson Nunes Silva

ELABORAÇÃO

Geilson Bruno Pestana Moraes

Carlos Eduardo Nascimento Campos

Neuzilene Lima Costa

Pedro Augusto da Silva Tavares

Raphael Bruno Bezerra Silva

Mirian Carvalho da Costa

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

REVISÃO DE LINGUAGEM

Yamille Priscilla Castro

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC

Produto Interno Bruto do Brasil. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. v.1, n.1, jan./mar. - São Luís: IMESC, 2020.

8 p.

Trimestral

1. Produto Interno Bruto 2. Brasil I. Título.

CDU 330.55 (81)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PIB BRASILEIRO NO 1º TRIMESTRE DE 2020	4
2.1 Ótica da oferta.....	4
2.2 Ótica da demanda	5
3. REPERCUSSÕES ATUAIS NO MERCADO DE TRABALHO E NAS FINANÇAS PÚBLICAS	6
4. ANÁLISES E PERSPECTIVAS.....	7
4.1 Projeções.....	8

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulgou, no dia 29 de março, retração de 1,5% no Produto Interno Bruto - PIB do país referente ao primeiro trimestre de 2020, comparado ao quarto trimestre de 2019, na série com ajuste sazonal.

O Índice Brasileiro de Atividade Econômica (IBC-BR) do Banco Central, considerado como prévia do PIB, registrou em março queda de 5,9% em relação a fevereiro, o maior recuo observado desde 2003, quando foi iniciada a série. Considerando a variação mensal, esse índice vinha mantendo singelo crescimento em janeiro e fevereiro, na série com ajuste sazonal, o que denota que a segunda quinzena de março foi preponderante sobre o resultado do primeiro trimestre (-1,95%).

Para o Comitê de Política Monetária (Copom), os indicadores referentes ao mês de abril mostram que a contração da atividade econômica será significativamente superior à prevista em março, no início da pandemia no Brasil. Assim como em outras crises internacionais, o aumento da aversão ao risco e a consequente realocação de ativos tornam o cenário desafiador para os países emergentes. Em especial, o Brasil, que tem previsão de queda de 5,3% em 2020, acima da média dos emergentes, 2,2% segundo o Banco Mundial.

O impacto da pandemia sobre a economia brasileira será desinflacionário e associado a forte aumento do nível de ociosidade dos fatores de produção. Além disso, à medida que a pandemia incorra em aumentos de incerteza e de poupança precaucional, pode, consequentemente, intensificar-se a redução da demanda agregada, segundo o Copom.

Segundo o Banco Central (BCB), políticas fiscais de resposta à pandemia que piorem a trajetória fiscal do país de forma prolongada ou frustrações em relação à continuidade das reformas podem elevar os prêmios de risco. Houve queda nos preços de ativos e piora das condições financeiras, após o aumento expressivo no número de novos casos de COVID-19 em âmbito mundial, e as principais bolsas de valores pelo mundo acumulam perdas expressivas. Por sua vez, o aumento da aversão ao risco e a queda nos preços de ativos notada pelas perdas expressivas nas principais bolsas de valores, inclusive na brasileira, tendem a piorar as condições de financiamento para as empresas ao aumentar o custo do investimento¹. Sendo assim, esse quadro sinaliza o grande desafio para que a retomada futura da economia esteja condicionada à iniciativa privada e não aos investimentos públicos (políticas keynesianas).

¹ Segundo a Secretaria de Política Econômica (SPE).

2. PIB brasileiro no 1º trimestre de 2020

De acordo com o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve recuo de 1,5% no Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2020, ante os três meses anteriores, a maior queda registrada desde segundo trimestre de 2015 (-2,1%). Sob a ótica da oferta, o resultado do primeiro trimestre de 2020 foi afetado principalmente pela retração dos serviços (-1,6%) e da indústria (-1,4%). Já pela ótica da demanda, o recuo no consumo das famílias (-2,0%) foi preponderante para o resultado.

Tabela 1 - Brasil: Taxa de Crescimento do PIB Trimestral (base: trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal)

Ótica da Demanda	2019. IV	2020. I
PIB	0,4	-1,5
Consumo das Famílias	0,4	-2,0
Consumo do Governo	0,4	0,2
FBCF	-2,7	3,1
Exportação de bens e serviços	2,3	-0,9
Importação de bens e serviços	-3,3	2,8
Ótica da Oferta		
Agropecuária	-0,4	0,6
Indústria	0,0	-1,4
Serviços	0,7	-1,6

Fonte: Contas Nacionais/IBGE

2.1 Ótica da oferta

- Agropecuária**

O resultado trimestral para o PIB agropecuário no início de 2020 (crescimento de 0,6% em relação ao trimestre anterior) está relacionado à safra recorde de grãos do país. A produção estimada de grãos no Brasil em 2020 deverá ser de pouco mais de 247 milhões de toneladas (t), crescimento de 2,3% na comparação com a safra anterior. Esse resultado indica mais um ano de produção recorde de grãos. Além de fatores de ordem interna (como o clima), associados principalmente à cultura da soja, o fator da desvalorização cambial recente é ainda mais estimulante para a atividade lavoura temporária.

- Indústria**

A queda observada no primeiro trimestre de 2020 (-1,6%) no Valor Adicionado da Indústria pode ser explicado, foi influenciada pelas Indústrias Extrativas (-3,2%), mas também apresentaram taxas negativas a Construção (-2,4%), as Indústrias de Transformação (-1,4%) e a atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-0,1%). Ainda que muitas fábricas tenham sido fechadas apenas no fim de março, o impacto da pandemia foi significativo na indústria. No que se refere à produção física, a indústria acumulou redução de 1,7% no primeiro trimestre do ano, segundo a PIM-PF/ IBGE.

Destaca-se que o encarecimento das importações, devido à desvalorização do real em 2020, é outro componente que gera maior desafio à recuperação do setor industrial (que já é considerada pouco competitiva). Por outro lado, abrem-se caminhos, para que se planeje/estime a fabricação nacional de insumos industriais e outros manufaturados.

- **Serviços**

Segundo o IBGE, em decorrência direta do isolamento social, como combate à expansão da pandemia, o Valor Adicionado dos Serviços registrou recuo de 1,6% contra o trimestre anterior com ajuste sazonal. Nas atividades de Serviços, houve resultados negativos em Outros serviços (-4,6%); Transporte, armazenagem e correio (-2,4%); e Informação e comunicação (-1,9%). Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada em março desse ano, quando se compara o primeiro trimestre de 2020 contra primeiro trimestre de 2019, verifica-se queda de 1,16%. Essa queda se dá em razão dos fortes impactos no segmento Serviços prestados às famílias, o qual caiu 10% no primeiro trimestre de 2020 contra igual período de 2019.

2.2 Ótica da demanda

- **Consumo das Famílias**

Segundo o IBGE, houve queda de 2% no Consumo das Famílias, em decorrência da redução no fluxo de pessoas e mercadorias causada pelo isolamento social, notada também no fechamento e nas restrições ao funcionamento de atividades não essenciais, bem como na restrição e diminuição de viagens, de jornada de trabalho e adoção de *home office*. Assim, com o aumento da taxa de desocupação e o menor ritmo do trabalho informal, a renda originada do trabalho caiu, causando forte impacto no consumo das famílias.

- **Exportações e Importações:**

Na comparação com o trimestre anterior, o componente das exportações de bens e serviços registrou recuo de 0,9%. Esse resultado é explicado pelas quedas nas exportações dos Bens de Consumo não Duráveis (US\$ -1,5 bi) e Equipamentos de Transporte de Uso Industrial (US\$ -1,1 bi). Por sua vez, as importações tiveram uma variação positiva de 2,8%, principalmente nas categorias Bens de Capital² (US\$ +3,3 bi) e Insumos Industriais (US\$ +15,7 bi).

Segundo o *World Economic Outlook* (WEO) de abril de 2020, a pandemia da COVID-19 tem impactado fortemente as condições de crescimento global, de modo que a última previsão é de uma queda de 3% em 2020. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), considerando o efeito puramente externo da conjuntura atual, a economia brasileira teria uma queda expressiva no segundo trimestre de 2020, oscilaria nos trimestres restantes do ano e o país voltaria a crescer de forma mais consistente em 2021³. Assim, há perspectiva de redução das exportações, devido à redução no ritmo de crescimento global e, de acordo com a SECEX, os dados deste primeiro trimestre ainda não refletem totalmente os impactos causados pela COVID-19 no comércio exterior.

- **Formação Bruta de Capital Fixo**

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida dos investimentos em máquinas, equipamentos, setor de Construção e em inovações, cresceu 3,1% de janeiro a março, ante o período de outubro a dezembro de 2019. O aumento é proveniente principalmente de investimentos no setor de petróleo e gás, fator que provavelmente não contribuirá para o resultado da FBCF no segundo trimestre de 2020, haja vista o cenário esperado de menor patamar de preços da *commodity* em 2020.

² Exceto equipamentos de transporte de uso industrial.

³ Segundo o IPEA, um choque negativo de 1,1 ponto percentual no PIB mundial implica queda aproximada de 1 p.p. no PIB do Brasil.

Em 2020, o Brasil acumula um saldo de 310 obras iniciadas, sendo 33,55% em execução e 64,84% em ação preparatória, com investimento total de R\$ 5,99 bilhões, segundo o Painel de Obras do Ministério da Economia, o que sinaliza que há margem para ampliação desses investimentos.

- **Consumo do Governo**

O componente apresentou ligeira alta (+0,2%), podendo ser atribuído ao aumento no consumo de bens, especialmente nos serviços de saúde.

3. REPERCUSSÕES ATUAIS NO MERCADO DE TRABALHO E NAS FINANÇAS PÚBLICAS

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), o mercado de trabalho foi bastante impactado pela paralisação das atividades econômicas iniciada no final de março:

- A taxa de desocupação do país no primeiro trimestre de 2020 chegou a 12,2%, alta de 1,3 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2019 (11,0%).
- Registrou-se, também, a queda de 2,5% no contingente da população ocupada, cerca de 2,3 milhões de pessoas.

No que se refere apenas ao emprego formal, dados do CAGED de janeiro a abril de 2020, mostram que o mercado de trabalho brasileiro reduziu 763,2 mil vagas de empregos com carteira assinada. Os grupamentos de Comércio (-342,7 mil), Serviços (-280,7 mil) e Indústria Geral (-127,8 mil) foram os mais afetados.

A falta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho incorre em aumento da inadimplência, queda na renda e aumento da pobreza.

Um dos principais entraves à retomada será o aumento do endividamento agregado da economia pós-isolamento. Além das famílias, as empresas⁴ também tiveram que elevar o seu endividamento, diante da necessidade de cumprirem seus compromissos durante esse período. Essa elevação do endividamento tenderá a reduzir o crescimento estrutural da economia neste e nos próximos anos, segundo a SPE/ME.

Visando subsidiar parte dos custos com a folha salarial de empresas durante o período da pandemia, o governo federal criou o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Segundo a Agência Senado, o programa entrou em vigor no dia 3 de abril, porém dos R\$ 40 bilhões⁵ anunciados na medida provisória do começo de abril até 15 de maio, apenas R\$ 1,64 bilhão chegou às pequenas e médias empresas.

A principal crítica ao programa refere-se à exclusão das microempresas, que respondem por grande empregabilidade e estão presentes em todos os setores da economia nacional. Conforme dados do IBGE, para o ano de 2018, cerca de 51,5% dos empregos concentram-se em empresas com até 5 empregados e 10,1% em empresas com até 10 empregados, juntando os números, percebe-se que a maioria dos empregos é gerada pela microempresa.

⁴ O aumento do endividamento privado implica em uma redução do patrimônio líquido das empresas, e, logo do seu colateral para a obtenção de mais empréstimos futuros, limitando o seu capital de giro e sua capacidade de investimentos, segundo a SPE).

⁵ O programa tem como objetivo financiar exclusivamente os salários de funcionários durante o período de dois meses e com o teto do financiamento de dois salários mínimos por empregado. A linha de crédito está disponível apenas para empresas cujo faturamento anual esteja entre R\$360 mil e R\$10 milhões. A taxa de juros é de 3,75% ao ano, 36 meses para pagar com carência de 6 meses para o 1º pagamento

Em relação às finanças públicas, os dados mais recentes apontam que os impactos da crise afetaram o resultado do mês de abril. O déficit primário chegou a R\$ 92,9 bilhões, ante superávit de R\$ 6,7 bilhões no mesmo período do ano passado, como resultado das medidas de combate à COVID-19 e dos efeitos da pandemia sobre a economia. Segundo o Tesouro Nacional, as despesas em resposta à crise COVID-19 totalizaram R\$ 59,4 bilhões no mês. Com isso, a estimativa de déficit para o ano está em R\$ 675,7 bilhões (9,4% do PIB), de acordo com o secretário Mansueto Almeida.

Em relação à dívida bruta do governo geral, esta atingiu 79,7% do PIB em abril, o maior patamar desde o início da série histórica em 2006. Segundo o Banco Central, a evolução de 1,3 p.p em relação ao mês anterior decorreu de emissões líquidas de dívida bruta (aumento de 0,2 p.p.); da incorporação de juros nominais (aumento de 0,3 p.p.); do impacto da desvalorização cambial (aumento de 0,3 p.p.); e do efeito da variação do PIB nominal (aumento de 0,4 p.p.).

4. ANÁLISES E PERSPECTIVAS

A paralisação da economia foi o principal fator que resultou na retração de 1,5% do Produto Interno Bruto PIB no primeiro trimestre de 2020. A retração foi observada tanto do lado da oferta, que inclui a indústria, os serviços e a agropecuária, quanto do lado da demanda, que considera a capacidade para consumir. Os índices de Utilização da Capacidade Instalada (UCI), divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que refletem a interrupção das atividades produtivas, recuaram para 31,1 pontos em março. Valores abaixo de 50 pontos indicam atividade desaquecida. Esse é o menor índice da série histórica mensal, que tem início em janeiro de 2010.

A queda do volume de vendas e a consequente queda do nível de emprego, ao gerar aumento da inadimplência, deixa o cenário econômico mais incerto para empresários do setor terciário. A exemplo disso, o Indicador de Confiança do Varejo (ICOM), o qual é medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou queda de 26,9 pontos na variação mensal em abril de 2020, a maior queda em toda a série histórica iniciada em 2010. E o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) caiu 25,8 pontos entre março e abril, registrando 34,5 pontos, o menor índice da série histórica.

O encarecimento das importações, devido à desvalorização do real em 2020, é outro componente que gera maior desafio à recuperação do setor industrial (que já demonstrava necessidade de maior competitividade). Por outro lado, abrem-se caminhos, para que se planeje a fabricação nacional de insumos industriais e outros manufaturados.

Segundo o governo federal⁶, o resultado econômico da atividade no segundo trimestre será ainda pior. As consequências são nefastas para a população, com aumento do desemprego, da falência das empresas e da pobreza.

São apontadas pelo governo federal (nota de 28/05), como agenda pós-pandemia:

- Preservação do teto de gastos (manutenção do pilar macrofiscal);
- Continuidade de reformas estruturais, por meio de uma legislação mais moderna de emprego;
- Fortalecimento das políticas sociais (com transferência de recursos de programas sociais ineficientes para os mais eficientes e de comprovado efeito no combate à pobreza);
- Aprimoramento da legislação de falências;
- Modernização e desburocratização do mercado de crédito, de capitais e de garantias.

⁶ Nota técnica de 29 de maio/2020

Por outro lado, percebe-se um cenário pouco estimulativo à entrada de capitais para financiar investimentos privados necessários à retomada da atividade econômica, que seria a outra alternativa ao investimento público. Um dos instrumentos que podem amortecer os impactos econômicos da COVID-19 na economia é o crédito. Segundo a CNI, a redução do custo do crédito pode reduzir a vulnerabilidade financeira das empresas, permitindo uma reestruturação tecnológica e de processos internos que trarão ganho de competitividade, impactando em todos os demais setores e impulsionando o Produto Interno Bruto (PIB). A CNI destaca ainda que o volume de crédito no Brasil equivale a 25% do PIB, mas em países como a China e os Estados Unidos, essa relação chega a 110% e 120%, respectivamente.

4.1 Projeções

Segundo o IPEA, há um grande nível de incerteza quanto às previsões do comportamento do PIB e do grau de impacto sobre a economia brasileira decorrente da COVID-19. A estimativa mais recente do governo federal (13/05/20), por meio da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, para a atividade econômica em 2020, é de queda de 4,7%. Organismos internacionais, entretanto, apontam para uma queda ainda mais acentuada da economia brasileira neste ano, a exemplo da Agência Moody's (28/04/20), que prevê recuo de 5,2% no PIB, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê -5,3%, patamar abaixo da média dos países emergentes (-2,2%).

Segundo o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil (BCB), as previsões para a queda no PIB em 2020 continuam piorando e a dispersão em torno da média das previsões aumentando. A tabela a seguir mostra a mediana das estimativas do mercado, que é de queda em 2020 e recuperação apenas em 2021.

Tabela 1 - Brasil: Previsões para a variação % – Mediana – Trimestral – Período do 2º Trimestre de 2020 ao 2º Trimestre de 2021, do PIB e do Valor Adicionado da Agropecuária, dos Serviços e da Indústria (base = igual período do ano anterior)

Variação (%)	2020			2021	
	II/T	III/T	IV/T	I/T	II/T
PIB Total (%)					
04/05/2020	-10	-4,2	-1,8	0,99	6,83
29/05/2020	-14	-6,5	-3,5	0,29	7,28
Valor Adicionado da Agropecuária (%)					
04/05/2020	2	1,77	2	2,3	1,9
29/05/2020	2	2	2,25	2	2
Valor Adicionado da Indústria (%)					
04/05/2020	-5,33	-3,8	-0,9	1,96	5,2
29/05/2020	-7	-5	-3,75	2	4,66
Valor Adicionado dos Serviços (%)					
04/05/2020	-6,9	-3,37	-1,9	1,17	4,5
29/05/2020	-8,11	-5,03	-3,33	1,5	3

Fonte: Focus/BCB (28/05/2020)

Segundo projeção do IPEA (28/05/2020), considerando o ano de 2011 como ano base, a previsão é de que a economia supere o patamar de 2019 (101,7) somente em 2023 (103,9). Nesse sentido, até 2022, ainda é prevista uma queda acumulada de 0,2% no PIB. Segundo o IBGE, o mercado de trabalho demonstra certa defasagem em relação à atividade econômica, o que orienta que, a continuidade das políticas sociais e de emprego devem continuar após a retomada do PIB.